

**British-Angola Forum**

**EM DIRECÇÃO A UMA PAZ  
SUSTENTÁVEL**

**Um Desafio para Angola e para a  
Comunidade Internacional**

**Relatório da Conferência  
12-13 de Novembro de 2002  
Chatham House, Londrês**

---

## **Agradecimentos**

---

Agradecemos ao Steve Kibble por ter escrito este relatório e ao Professor David Birmingham pela edição do mesmo, queremos também agradecer á equipa do British-Angola Forum desde da Liz Horn, Manuel Paulo pelo apoio logístico e editorial na conclusão deste relatório, muito agradecemos também aos patrocinadores e conferencistas.

---

## Contents

---

Introdução	1
A construção da paz, a democratização e as eleições	2
A economia	3
A questão da terra	6
O caminho em frente	7
Conclusão	10
<i>Programa da Conferência</i>	12
<i>Dados Biograficos dos Oradores</i>	14
<i>Lista dos Participantes</i>	20
<i>Patrocinadores da Conferência</i>	24

## Introdução

Observaram-se contrastes marcados entre a primeira conferência do BAF, realizada em Setembro de 2001, e a segunda conferência, realizada em Novembro de 2002, na Chatham House. A primeira conferência foi realizada no contexto dos recentes e trágicos acontecimentos que ocorreram nos EUA, ao mesmo tempo que a terceira guerra civil angolana dava poucos sinais de abrandamento. As perspectivas de qualquer tipo de paz, para não falar de uma paz sustentável, pareciam muito distantes. O ano de 2002 tinha sido o ano em que a UNITA tinha sofrido a derrota militar, em que o seu carismático líder tinha sido morto e em que os seus outros líderes tinham assinado um cessar-fogo e tinham reorientado a sua organização em direcção a actividades políticas. Estavam a desmobilizar-se cerca de 85.000 soldados da oposição e estavam a abrir-se áreas do país até à altura inacessíveis.

Todas estas mudanças tinham trazido com elas implicações importantes para os angolanos e para a conferência. Entre as questões imediatas a resolver, tínhamos a assistência aos deslocados internos, a alimentação humanitária das populações das áreas inacessíveis e a limpeza das minas terrestres. Entre as questões a resolver a longo prazo havia a democratização, a reconciliação nacional, a reforma agrária, a assistência das Nações Unidas e das instituições de Bretton Woods, a transparência, a corrupção, as relações entre os géneros, a sociedade civil, as eleições e, acima de tudo, a construção e manutenção da paz.

A conferência de Novembro de 2002 reuniu cerca de duzentos participantes, incluindo representantes dos governos angolano e britânico, embora não tivesse contado com a presença do ministro das finanças angolano nem do representante do FMI em Luanda. A capacidade de certos actores significativos, em particular do governo angolano, para resolver os desafios enfrentados, foi uma questão calorosamente debatida. Os países doadores, as Nações Unidas e as organizações não governamentais (ONGs) salientaram a importância da transparência e da responsabilidade nas práticas do governo como condição para o investimento, bem como a importância de eleições livres e justas. Entre os requisitos urgentes indicaram-se as liberdades básicas, a liberdade de expressão em todas as regiões provinciais, uma revisão da constituição e

uma lei eleitoral com uma data de eleição. Mas a questão chave foi 'Quem gasta o dividendo da paz em Angola?'

Os representantes de Angola que ouviram as críticas dos esforços por eles feitos até à data, frisaram os seguintes pontos:

- As investigações e a assistência recebida do estrangeiro no sector de direitos humanos demonstravam uma tendência para desacreditar ou antagonizar o governo.
- Os bens derivados das petrolíferas não fomentavam o desenvolvimento de recursos humanos.
- Angola precisava de ajuda nos sectores de investimento e libertação de créditos, em vez de queixas sobre a boa governança. Em especial, não se podia exigir de nenhum governo a transparência em termos do seu orçamento militar.

Embora o governo angolano soubesse que precisava da assistência e dos conhecimentos técnicos da comunidade internacional, sentia necessidade de ter cuidado com as condições impostas relativamente aos mesmos, criticando o papel das Nações Unidas no passado. A comunidade internacional queria que o governo angolano demonstrasse com mais transparência o seu empenho em gastar o seu próprio numerário nos seus próprios cidadãos antes de apelar para a ajuda da comunidade internacional. Porém, dada a necessidade de se alcançarem urgentemente tantos objectivos, a comunidade internacional estava consciente da falta de capacidade que Luanda tinha para resolver todos os problemas, bem como da sua grande necessidade de receber auxílio do exterior para avaliar a amplitude dos mesmos.

**A Baronesa Amos** iniciou a conferência com um apelo ao governo de Angola para que gastasse uma percentagem maior dos seus recursos em programas sociais e satisfizesse as necessidades do povo angolano. A Baronesa acrescentou que a política britânica para Angola salientava o aspecto da *parceria* do acordo Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, bem como as relações bilaterais. A reforma nos sectores político, económico, jurídico e de segurança constituía um desafio, mas era essencial para o progresso da cooperação. Segundo Londres, estavam já satisfeitas as condições para levantar as sanções impostas à UNITA.

**O embaixador Mussagy Jeichande**, antigo

representante das Nações Unidas em Angola, chamou a atenção para o facto de o governo angolano desejar limitar o papel das pessoas alheias, tendo diminuído a presença das Nações Unidas no país. Isto inibia o seu envolvimento na desmobilização e reintegração dos antigos combatentes, no reassentamento dos refugiados e dos deslocados internos e na reforma das práticas do governo angolano. Qualquer tipo de assistência no sector de desenvolvimento de capacidades que realçasse também os serviços públicos constituiria uma contribuição importante para o desenvolvimento. E a formação agrícola dos camponeses que retornassem às suas terras à medida que a desminagem avançasse, seria também uma tarefa igualmente essencial.

**Fernando França Vandú-nem**, ex-primeiro ministro angolano, concluiu a análise introdutória através de uma revisão de trinta anos de História de Angola, frisando a importância da 'família africana' e indicando que, para o governo, era mais fácil formular políticas do que implementá-las. Com as suas grandes reservas de recursos naturais e a sua capacidade para as explorar, a Angola do pós-guerra encarava um futuro melhor, mas necessitava ainda de investimentos estrangeiros.

Os traumas causados pelos 27 anos de guerra civil tinham de ser curados através de um processo de reconciliação nacional, sendo as condições prévias necessárias para tal a finalização do Protocolo de Lusaka (o acordo de paz de 1994, que falhara em 1998, mas constituía, mesmo assim, a base da renovação da paz em 2002) e o Memorando de Entendimento (o acordo celebrado entre o Governo e a UNITA após o cessar-fogo de Abril de 2002). O aquartelamento, desmobilização e desarmamento dos soldados da UNITA tinham sido concluídos, o mesmo se podendo dizer da selecção de antigos soldados da UNITA para as forças armadas nacionais (FAA) e para a polícia nacional. Efectuava-se, de momento, a reintegração dos soldados desmobilizados.

O Sr Van Dunem não sentia que o processo de reconstrução nacional estivesse a receber o 'tratamento apropriado' do governo angolano, o que se traduzia num 'verdadeiro desafio para Angola em termos dos materiais e capacidades humanas de que o país carece. A maior parte da infra-estrutura encontrava-se destruída; eram necessárias escolas, estradas, linhas férreas, hospitais, água potável e obras básicas de saneamento. Mas era, obviamente, impossível resolver todos estes problemas ao mesmo tempo.

Portanto, o processo de reconstrução nacional precisava do apoio da comunidade internacional, em particular dos parceiros de Angola dentro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A limpeza das minas era uma das primeiras prioridades, já que grande parte da população angolana vivia nas zonas rurais, sendo a agricultura uma actividade essencial para o desenvolvimento do país. Era, portanto, necessário estabelecer uma nova lei agrária, bem como tribunais independentes, e a necessidade de se fazer uma revisão constitucional do sistema político em Angola.

---

## **A construção da paz, a democratização e as eleições**

---

O ministro porta-voz pela comissão da paz não pôde, infelizmente, estar presente. Na sua ausência, o Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Guerra, **Pedro Van Dúnem**, forneceu pormenores sobre os seus planos para a reabilitação dos antigos combatentes. O ministro falou sobre a formação profissional, a atribuição de propriedades, a construção de habitações, benefícios de saúde e mesmo o pagamento de pequenos montantes em numerário. Todavia, um projecto piloto, iniciado dezoito meses antes, tinha falhado, visto que o governo não investira fundos no mesmo. O ministro apelou para que a comunidade internacional apoiasse financeiramente as suas ideias.

**Chris Alden**, da London School of Economics, dirigiu-se também a este tema, perguntando se a reintegração seria realmente uma grande prioridade para a paz a longo prazo, dado que a UNITA já não constituía uma ameaça. Chris Alden pensava que a grande prioridade do governo angolano seria a reconciliação nacional, já que os soldados tinham grandes expectativas para as suas vidas futuras, em termos da paz e estabilidade. Sugerindo que as obras públicas e os programas formais de formação talvez viessem a criar uma certa dependência, Chris Alden indicou ser melhor começar com programas de micro-crédito.

Três políticos angolanos debruçaram-se sobre a questão da democratização, oferecendo contribuições significativas. **Isaias Samukuva**, da UNITA, afirmou que, tendo havido apenas uma eleição multipartidária (a de 1992), não havia ainda condições para uma verdadeira democracia. O estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e pelo pluralismo político

ajudariam a consolidar a democratização e a resolver os problemas da pobreza e da discriminação. A representação popular a nível local, o debate nacional dentro da sociedade civil e um partido da oposição forte constituíam os elementos chave da reconciliação nacional.

**Bornito de Sousa**, líder parlamentar do MPLA, aceitou ser necessário estabelecer um debate aberto e aumentar a transparência, admitindo haver muito a fazer para se estabelecer uma democracia. Bornito de Sousa achava que a partilha do poder a nível da Assembleia Nacional tinha sido efectiva, e esperava que os membros da Assembleia que tinham estado a trabalhar na formulação de uma nova constituição, tivessem conseguido resultados. Permaneciam certas questões de natureza técnica, nomeadamente o poder relativo do presidente e do primeiro-ministro, a selecção de uma única ou de duas câmaras, e de governadores eleitos ou nomeados, bem como a escolha de um sistema de governo local. O enraizamento da democracia fomentaria um desenvolvimento equilibrado, uma distribuição mais equitativa dos rendimentos, a harmonia nacional, a reconstrução e reabilitação das vidas e da infra-estrutura nacional.

**O Dr. Vicente Pinto de Andrade** frisou que os partidos políticos angolanos ainda não confiavam uns nos outros, nem tinham confiança no progresso do processo da paz, e tinham também dúvidas relativamente ao empenho do governo em fomentar o processo democrático. O Dr. Pinto de Andrade instou com a comunidade internacional para que continuasse a dar o seu apoio a Angola até se alcançar a paz e a democracia: as Nações Unidas e os restantes actores externos deviam acompanhar com muita atenção o desenvolvimento da democracia em Angola, dada a ausência de um árbitro no campo. Infelizmente, os doadores não podiam financiar os partidos políticos nem ajudá-los a deixar de depender de fundos do governo, nem podiam monitorizar as tentativas do governo para impor a sua própria agenda aos outros. E, o que era igualmente importante, era necessário dar muita assistência ao sistema judiciário, para que este se pudesse estabelecer, e a questão dos direitos humanos precisava também de receber atenção a longo prazo.

Sobre a questão das eleições, **David Kramer**, membro do Instituto Nacional Republicano (National Republican Institute) falou sobre um inquérito feito em 2001, o qual tinha revelado que levaria pelo menos um ou dois anos a estabelecer as condições necessárias para eleições

livres e justas. Para haver eleições era necessário estabelecer a liberdade dos media, uma nova constituição, um registo eleitoral, uma nova legislação eleitoral e uma comissão eleitoral nacional que substituísse a que tinha desaparecido depois de 1992. **Marco Carmignani**, representante da Divisão de Assistência Eleitoral das Nações Unidas, afirmou duvidar que o empenho do governo em realizar eleições correspondesse às normas internacionais.

**O Dr. Onofre dos Santos** descreveu o papel vital das Nações Unidas em assegurar o sucesso da comissão eleitoral de 1992, prevendo a necessidade de se obter novamente a assistência internacional para o processo. O Dr. Onofre dos Santos apresentou uma lista de tarefas que seria necessário realizar antes das eleições, entre as quais se contavam o reassentamento dos deslocados internos, a desminagem dos terrenos agrícolas, a reconstrução das infra-estruturas dos transportes, a re-escrita da constituição e da legislação eleitoral, bem como a recepção de assistência humanitária para a sobrevivência básica da população. Seriam necessários doadores e especialistas estrangeiros para fortalecer a nova comissão eleitoral, para estabelecer um censo e um processo de registo de eleitores, e para proporcionar aos mesmos uma educação cívica. O Dr. Onofre dos Santos repetiu o apelo do Dr. Pinto de Andrade para que os partidos políticos recebessem fundos do estrangeiro através do estabelecimento de um fundo fiduciário, frisando ainda ser necessária a formação de pessoal para se efectuarem as eleições.

---

## A economia

---

**Teresa Cohen**, Membro do Parlamento pelo MPLA, descreveu a função que a Assembleia Nacional desempenha em supervisionar os gastos do governo. Os membros do parlamento analisavam, dentro dos seus respectivos grupos parlamentares, as questões relacionadas com os orçamentos do governo. Os membros do parlamento tinham oportunidade para expressar abertamente as suas opiniões, tanto neste nível como em nível das comissões de trabalho. No quadro destas, os membros do parlamento tentavam obter autorização dos restantes partidos; apenas em 'casos extremos' tinha a maioria votado independentemente.

Teresa Cohen esperava que o tribunal de contas, estabelecido recentemente, assegurasse um certo nível de disciplina nos gastos, bem como o

melhoramento dos sectores de educação e saúde – especialmente o do ensino primário, sector essencial para o desenvolvimento nacional, e o dos serviços de saúde nas zonas afectadas pela guerra .

**Douglas Mason**, da Economist Intelligence Unit, preencheu com grande habilidade a lacuna criada pela ausência, da conferência de Londres, do Ministro das Finanças angolano e do representante do FMI em Luanda. Douglas Mason afirmou que a encruzilhada que Angola tinha alcançado era de natureza política e também económica. Passados 27 anos de uma economia de guerra, o período pós-conflito oferecia-nos uma oportunidade para a reconstrução, o desenvolvimento e a redução da pobreza, embora, segundo ele, as grandes oportunidades sejam apenas oportunidades potenciais e dependam das políticas adoptadas e estabelecidas pelas autoridades angolanas. Douglas Mason apresentou-nos três questões fundamentais:

- Que etapas práticas deveriam ser adoptadas para impulsionar Angola em direcção à recuperação económica e à redução da pobreza?
- Estariam as autoridades angolanas a fazer todo o possível para realizar esse objectivo?
- Como é que a comunidade internacional podia prestar assistência nesse sentido?

Em primeiro lugar, a recuperação exigia uma dedicação total à estabilidade económica dentro de uma estrutura macro-económica adequada. Ainda se estava à espera desta condição prévia. A economia de Angola era caracterizada por desequilíbrios fiscais e monetários graves e persistentes, por uma hiper-inflação e por distorções derivadas do sector petrolífero. Existia um elo inadequado entre as receitas derivadas do petróleo e as dos sectores da economia não relacionados com a energia, sendo nestes que a maior parte da população ganhava a vida. Todavia, as causas principais da instabilidade macro-económica em Angola eram fiscais e monetárias, e relacionavam-se com a existência de grandes despesas não orçamentadas e não registadas, assumidas, todas elas, fora dos canais contabilísticos normais. Isto acentuava a necessidade de se estabelecer a transparência financeira e fiscal como condição necessária para a recuperação do país. Para tornar a situação ainda mais complexa, em Angola, as receitas estatais encontravam-se invulgares e

extremamente fragmentadas. O controlo da situação era exercido principalmente por três instituições – a empresa petrolífera nacional ou Sonangol, o Banco Central e o Escritório da Presidência, desempenhando o Ministério das Finanças um papel pouco importante. Estas três instituições revelavam a situação financeira nacional de forma insuficiente, havendo entre elas uma coordenação inadequada. A falta de divulgação das receitas estatais estava relacionada com as seguintes fontes distintas:

- As correntes de receitas provenientes da produção petrolífera;
- Bónus de assinaturas pagos por petrolíferas estrangeiras;
- Uma pasta extremamente vasta e dispendiosa de empréstimos garantidos pelo petróleo, concedidos por bancos de investimento ocidentais, a taxas de juros comerciais.

Alguns desses fundos não figuravam no orçamento, não tendo nunca sido registados nem armazenados pelo Ministério das Finanças. Podia Porém, era possível seguir a pista destes fundos, através do 'diagnóstico do petróleo', efectuado pelo KPMG a pedido do Fundo Monetário Internacional. Os dados de boa qualidade podiam agora inserir as receitas do petróleo nos canais contabilísticos normais, e Douglas Mason elogiou o facto das autoridades angolanas terem decidido, em Novembro de 2002, revelar estes dados. Por outro lado, Douglas Mason chamou a atenção dos participantes para as discussões continuadas sobre a possibilidade do desaparecimento anual de cerca de \$1 bilhão de recursos estatais angolanos. Se se aceitasse a razão apresentada pelo governo angolano, nomeadamente que as disparidades se deviam a problemas de contabilidade, e que os fundos tinham sido usados para fins legítimos, então as práticas do futuro tinham muito mais importância do que os erros do passado. As autoridades angolanas tinham sinalizado que esta área precisava de atenção, já que as grandes disparidades contabilísticas assinalavam problemas graves nos sectores de controlo financeiro e fiscal, constituindo um grande obstáculo à macro-estabilidade.

O orçamento estatal angolano era insuficientemente explícito em relação aos recursos estatais, oferecendo poucas descrições analíticas dos objectivos do governo relativamente aos seus encargos. O aumento da

transparência traria vantagens para todos os interessados. A maior prioridade era a necessidade de aumentar de forma radical os serviços sociais fornecidos pelas instituições do governo. Para resolverem as prioridades do pós-guerra, os Ministérios da Saúde e Educação, em particular, precisavam de obter fundos. Este processo de assistência social tem de ser um processo completamente angolano, e necessita de níveis adequados de materiais e recursos humanos. Essa responsabilidade não pode ser atribuída à comunidade internacional.

O factor chave que se devia realçar era que Angola tinha uma economia dominada pelo petróleo, com mais de 60% do produto interno bruto derivado do sector de energia. Esse sector de capital intensivo nem gerava suficiente número de empregos nem contribuía para a redução da pobreza. Por conseguinte, havia que encorajar o crescimento através da criação de condições propícias para a redução da pobreza de trabalho intensivo. Para tal, era necessário criar um ambiente de apoio, tanto em termos de instituições como de políticas, ambiente esse que incluísse e realçasse a segurança do regime fundiário para a agricultura em pequena escala. Douglas Mason insistiu em que se estabelecesse 'um ambiente transparente e previsível, no qual o comércio, particularmente o de pequenas empresas, pudesse sobreviver e prosperar'.

Sobre a questão das autoridades angolanas estarem ou não a fazer o suficiente para remediar a situação, Douglas Mason indicou alguns factores que, na sua opinião, constituíam sinais encorajantes do melhoramento da governança económica. Em comparação com a situação dois anos atrás (antes de se ter estabelecido um 'Programa de Monitorização do Pessoal' do FMI), a inflação tinha descido de 350% para cerca de 115%, estando a manter-se uma taxa de juros flutuante. Os preços tinham sido parcialmente liberalizados, e tinha-se iniciado um programa de privatização. Tinha-se conseguido um certo progresso em termos da transparência financeira, incluindo a publicação, a intervalos mais regulares, de dados por parte do Ministério das Finanças; infelizmente esse progresso não correspondia aos compromissos do governo relativamente à reforma económica do FMI e à reconstrução. A incerteza, em termos das intenções das autoridades indicava que:

- Não se tinha alcançado a estabilidade macro-económica;
- Não se tinha estabelecido a transparência fiscal e financeira;

- Não se tinha observado um aumento significativo das despesas nos sectores de serviços sociais.

Douglas Mason acrescentou que havia necessidade, nesse caso, de combater o mito segundo o qual as reformas do FMI procuravam invariavelmente reduzir as despesas sociais. No caso de Angola, o FMI e o resto da comunidade internacional desejavam que se *umentassem* os gastos sociais. Os sinais de que Angola se estava a dedicar seriamente a este objectivo incluíam a renovação do seu acordo com o FMI, a prática de uma melhor governança económica, e o reconhecimento de que, apesar da importância de Angola como país produtor de petróleo, o FMI não ia baixar o nível em questões que criassem obstáculos a um novo acordo. A observância do acordo correspondia à consciência dos melhores interesses próprios de um governo que se preparava para ter eleições nas circunstâncias actuais.

A última questão de Douglas Mason relacionava-se com aquilo que a comunidade internacional podia fazer para ajudar. Era óbvio que a Angola do pós-guerra necessitava de assistência, dada a severidade do conflito. Havia, na comunidade internacional, uma grande reserva de boa vontade para com Angola, e havia também vontade de prestar essa assistência. Contudo, a comunidade internacional apenas ofereceria assistência financiada pelos seus próprios contribuintes quando visse evidência da dedicação de Angola à reforma económica, o que era uma exigência razoável. O primeiro requisito seria a canalização de uma percentagem maior das receitas de petróleo para benefício da população em geral. O segundo requisito seria prestar contas dos recursos do estado, e as insuficiências dessas garantias poderiam corresponder aos atrasos sofridos na tentativa de se marcar uma conferência de doadores. Sem os factores de transparência e investimento social, Angola talvez não obtivesse um dividendo da paz. As consequências de tal facto seriam a continuação de uma situação verdadeiramente desolada.

Douglas Mason concluiu a sua apresentação tentando imaginar onde estaria Angola daí a dez anos. Seria a sua história considerada bem sucedida em termos da reconstrução do pós-guerra, tal como a de Moçambique, que tinha acabado de registar uma década de paz caracterizada por um nível relativamente bom de governança e de redução da pobreza? Ou veríamos antes o desenvolvimento de uma situação semelhante à da Nigéria? No fim,

Douglas Mason declarou que 'Angola não devia ter medo de ser mais ambiciosa'.

**Arvind Garneson**, Director de Negócios e Direitos Humanos da organização Human Rights Watch, prosseguiu com a análise económica do país, falando de forma mais pertinente dos problemas inerentes às economias dos enclaves de petróleo, com a sua propensão para altos níveis de corrupção, para a utilização liberal do regime de patrocínios, para baixos níveis de desempenho económico e para a repressão política. Os estados desse tipo raramente dependiam das suas receitas fiscais, sendo a responsabilidade, por consequência, mínima. Segundo Arvind Garneson, em Angola, os indivíduos e grupos que tentavam obter informações sobre as finanças do governo eram frequentemente assediados e presos.

Até mesmo o Programa de Monitorização do Pessoal do FMI, iniciado em Abril de 2000, tinha sido terminado em Agosto de 2001, devido à falta de cooperação por parte do governo angolano. O programa tinha incluído uma disposição para a monitorização das receitas do petróleo, a fim de se determinar o montante recebido e de se criar, dessa forma, um modelo para a previsão de receitas futuras. Na altura não tinham sido disponibilizados dados para a formulação desse 'Diagnóstico do Petróleo'. Segundo constava, a empresa estatal Sonangol nunca tinha sido sujeita a uma auditoria independente, e frequentemente não canalizava os fundos recebidos pelo Banco Central. A publicação de informações poderia causar melhoramentos no sector de direitos humanos, e a transparência ajudaria a assegurar a regularidade dos gastos de montantes de empréstimos garantidos pelo petróleo e pagamentos de bónus. As empresas que proporcionavam a Angola os seus enormes rendimentos invisíveis deviam empenhar-se em manter a transparência, bem como os negócios regidos por normas elevadas, ao pagarem impostos, direitos de exploração e bónus ao governo. A legislação que regulava as instituições financeiras internacionais podia ajudar a obter a transparência. Em defesa da Sonangol, um representante do governo frisou que as receitas do petróleo iam para as empresas estrangeiras, e que a Sonangol recebia apenas uma percentagem das mesmas, em termos dos contratos de partilha da produção em vigor.

---

## A questão da terra

---

O responsável angolano pelas questões agrárias não teve possibilidade de participar na

conferência. Assim, o problema da terra e os problemas que a mesma tem causado foram apenas esboçados por representantes da sociedade civil, seguindo-se a isto uma troca de ideias bastante calorosa com Teresa Cohen.

Os dois oradores, **Fr Jacinto Wacussanga (também chamado Padre Pio)** e **Manuel Mendes**, discutiram os aspectos rural e urbano do problema da terra, respectivamente. Para o Padre Pio, o acesso à terra era um direito humano para os camponeses, que dela tinham sido expropriados, em série, pelos colonos portugueses, pelos programas de nacionalização e pela elite do partido político no poder. As autoridades estavam a redigir um projecto de lei agrária com um nível reduzido de consulta, ao passo que, no campo, as pessoas estavam muito confusas, sem saberem que direitos tinham e ao que é que tinham direito. Na opinião do Padre Pio, esse projecto de lei não tinha objectivos e não tratava da necessidade de reconciliação nacional. A lei devia considerar a terra como sendo um direito básico, mas também, do ponto de vista prático, como uma forma de reduzir a pobreza herdada com as políticas coloniais negativas e de resolver assim as agitações populares em zonas da Huíla, do Namibe e do Cunene.

Em Angola, não tem tido lugar um processo de avaliação rural propriamente dito, em especial nas zonas de conflito, e por consequência não se examinaram ainda as diferentes expectativas relativas às heranças de terras nas zonas regionais rurais. Na ausência dessa análise, era provável que se desenvolvesse um sistema duplo – um sistema jurídico, outro tradicional – o que resultaria na criação de duas classes de cidadãos. Caso se empreendesse tal estudo, o mesmo estabeleceria directrizes sobre as necessidades das zonas rurais e sobre a possível aplicação da legislação agrária actual. As ONGs, as igrejas e as restantes autoridades sociais deviam ajudar a exercer pressão para que o processo actual de consulta agrária fosse um processo de participação. 'Actualmente realizam-se apenas algumas reuniões com funcionários encarregados de reunir informações, e essas reuniões não recebem a participação de todos os membros, tal como cremos que seja necessário. Em Moçambique, o processo do projecto de lei agrária actual levou quatro anos para ser desenvolvido e mobilizou cerca de 50.000 activistas no respectivo processo de consulta. A longo prazo, a lei agrária afectaria as comunidades rurais e, graças à sociedade civil, a sua conclusão foi prorrogada, *sine die*, de forma a

permitir um nível completo e adequado de consulta.

Tanto o processo actual de revisão constitucional como o do projecto da nova lei agrária, assim como a nova lei de urbanização rural, necessitariam da participação dos deslocados internos. O Padre Pio também estava preocupado com o contexto geral da terra numa situação em que, sem a 'devida estabilidade', o governo pretendia realizar eleições em 2004. Na sua opinião, as 'eleições deviam ser interpretadas como sendo oportunidades para se definirem políticas, sociais e económicas, em conformidade com o Protocolo de Lusaka, e não como oportunidades para se adquirir legitimidade'. O Padre achava que 'se podia chegar às eleições com uma lei agrária, mas sem uma política agrária'. A reconciliação nacional, como prioridade, exigia um processo de participação no qual a sociedade civil necessitava não apenas de ser reconhecida, mas também de ser apoiada, de forma a permitir a implementação de soluções às causas do conflito e a promover a prevenção de conflitos. Embora o governo angolano tivesse preparado um 'plano estratégico para a devolução', a preparação da versão final da nova constituição 'exigia a contribuição de todas as forças da sociedade, de forma a permitir a formação de uma identidade nacional'. Era necessário, em especial, garantir os direitos dos cidadãos, em termos da protecção de diferentes culturas regionais. Apenas um processo de devolução com um governo local forte e raízes sólidas, mergulhadas em fortes direitos constitucionais, permitiria que os grupos e comunidades locais participassem por completo nas discussões relativas ao projecto da lei agrária.

Manuel Mendes declarou que a terra transcendia os conceitos ocidentais de propriedade, mas que ele próprio tinha atestado que a elite, sem qualquer direito de propriedade, tinha expulsado e expropriado os pescadores da ilha de Luanda, que até à altura tinham ocupado as terras por direito consuetudinário. A expulsão de 1000 famílias do musseque de Boa Vista, na cidade de Luanda, tinha sido alvo de uma discussão acesa.

**Teresa Cohen** defendera o direito que o seu governo tinha de expulsar as famílias por *razões de política pública*, ao passo que alguns participantes interpretaram a expulsão como sendo uma tentativa de alojar a elite. **Carlos Belli-Bello**, Conselheiro Especial para as Questões Africana do presidente Angolano, declarou que 'a terra pertence a quem a trabalha – e o resto são pormenores'.

Mais importante ainda, devido ao seu grande alcance, maior do que o conflito sobre as melhores terras, era a futura distribuição de terras pelos deslocados internos, os quais, segundo se calcula, correspondem a um terço da população de Angola. **João Kusumua**, Ministro da Assistência Social, ao discutir as estratégias governamentais para a redução da pobreza, frisou a necessidade de se instaurar um processo de reassentamento dirigido pela Comissão Nacional de Reintegração Social. Alguns kits de reassentamento, incluindo sementes e ferramentas, tinham sido distribuídos aos deslocados, para os encorajar a sair das regiões litorais e peri-urbanas. Cerca de meio milhão de pessoas já tinha começado a regressar espontaneamente a suas casas. O governo tinha atribuído US\$100 milhões para o estabelecimento de áreas de recepção, mas o ministrou apelou para a assistência internacional. O governo queria que as pessoas se reassentassem antes do início da época da sementeira, mas as dificuldades logísticas enfrentadas tinham dificultado essa tentativa de auto-suficiência, resultando na sua dependência crescente do governo. A dedicação do governo à questão do reassentamento apenas poderia dar resultados se recebesse o apoio da comunidade internacional. Dentro deste contexto, tal como indicado pelo ministro, o Banco Mundial e o governo angolano estavam a preparar um 'Programa de Reabilitação e Reconstrução Pós-conflito', o qual será apresentado a uma conferência de doadores num futuro próximo. A estratégia de reintegração proposta cobria as rotas de transportes, a reabilitação agrícola, uma reserva para projectos de saúde, custos sociais, a criação de empregos, a remoção de minas terrestres e o estabelecimento de mercados. O facto de o governo ter ou não sido capaz de obedecer às directrizes das Nações Unidas relativamente ao tratamento dos deslocados internos, e dos doadores terem ou não capacidade para ajudar, foram questões que não receberam resposta.

---

## O caminho em frente

---

Dame Margaret Anstee apresentou três premissas e seis pontos de acção. As premissas foram as seguintes:

1. A paz estava bem estabelecida e Angola encontrava-se numa encruzilhada, mas o tempo que tinha disponível era limitado. Era portanto necessário aproveitar plenamente

todas as oportunidades transitórias que se lhe deparassem.

2. Angola estava na posição do condutor, e era necessário que todos os angolanos exercessem um esforço unificado.

3. Era necessária uma certa esperança que inspirasse a maioria dos angolanos e ganhasse o dividendo da paz.

A formulação de políticas iria ser feita pelos angolanos, mas outras partes poderiam fazer sugestões diferentes das que tinham sido apresentadas durante as sessões económicas. Os pontos de acção eram os seguintes:

1. A segurança não era apenas um privilégio militar tradicional, mas tinha de incluir condições razoáveis de vida, de desmobilização, desarmamento e de reintegração, incluindo uma perspectiva de segurança humana com capacidade para resolver não apenas conflitos mas também crimes. Poderiam os soldados, e outros indivíduos que tinham sido excluídos, fazer-se úteis em obras públicas, e poderia o FMI resolver o problema do déficit orçamental?

2. A construção da paz era um processo empreendido tão a longo prazo como a redução da pobreza, embora também precisasse de ser resolvido a curto prazo, para que as pessoas pudessem ver o dividendo da paz. Os Documentos de Estratégia da Redução da Pobreza não constituíam a resposta imediata, visto também levarem muito tempo a aplicar. Dame Margaret Anstee propôs que se pusessem em prática, nas províncias de Huambo e Kwanza Sul, dois projectos piloto de desenvolvimento, os quais patenteavam ambos uma semelhança espantosa a projectos portugueses de desenvolvimento colonial.

3. Para se conseguir formular uma estratégia nacional clara, o governo angolano deveria estabelecer consultas a todos os níveis, em especial com as mulheres angolanas. Era necessário explorar recursos humanos e naturais abundantes a fim de preencher as lacunas do desenvolvimento. A esterilidade do debate sobre a corrupção precisava de ser substituída por um engajamento transparente com questões verdadeiras que atrairiam a comunidade internacional e os seus doadores.

4. Convinha marcar uma data para as eleições. A experiência de 1992 demonstrava ser essencial estabelecer as condições necessárias,

embora o estabelecimento de um contexto temporal futuro bastante nítido fosse importante.

5. A comunidade internacional devia ser mais flexível e generosa, em vez de aderir aos regulamentos do FMI para a redução da pobreza nessas 'realidades políticas' activadas pelo petróleo.

6. A partir do dia 1.º de Janeiro de 2003, Angola passaria a fazer parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e poderia decidir patrocinar uma sessão especial sobre a construção da paz.

**Tony Fernandes, Embaixador de Angola no Reino Unido**, perguntou se a nova parceria requerida pela Baronesa Amos seria uma possibilidade. Isso trouxe à superfície o problema da soberania, o qual tinha permanecido subjacente em muitos dos aspectos do debate. O embaixador citou como exemplo a surpresa de Angola quando a ONU rejeitou a lei da amnistia do governo. O embaixador duvidava também de que as normas políticas do oeste pudessem ser aplicadas a Angola num futuro próximo; as pessoas tinham poucos conhecimentos políticos e eram os chefes das regiões que lhes indicavam como deviam votar.

**John Thompson, Embaixador do Reino Unido em Angola**, afirmou que, até à data, Angola tinha conseguido a cessação das hostilidades, mas não a paz. Porém este feito tinha sido conseguido pelos angolanos, sem qualquer ajuda. Depois, o embaixador enunciou os seguintes desafios:

1. Em sentido político, havia a necessidade de se estabelecer partidos políticos fortes e de se realizar eleições rapidamente, com um processo eleitoral sólido e uma nova constituição.

2. Em sentido económico, havia a necessidade de se efectuar a diversificação e de se obter novas fontes de rendimento para alcançar a mesma.

3. No sector humanitário, cinco milhões de pessoas precisavam de assistência.

4. No sector de infra-estruturas era preciso tudo, especialmente energia eléctrica e escolas.

5. No sector social, havia a necessidade de se estabelecer serviços apropriados de saúde e educação, água e saneamento – 60% dos

angolanos não tinham acesso ao saneamento.

6. Em termos militares, era necessário ajustar a sociedade a um clima de pós-guerra.

7. Em sentido democrático, Angola precisava de mais liberdade de reunião, de liberdade para os media, de uma próspera sociedade civil, e da descentralização do poder e da administração.

Tendo apresentado esta lista desanimadora, John Thompson desenvolveu então os seus pensamentos em relação ao futuro de Angola.

1. O partido da UNITA, agora unido, necessitava também urgentemente de um manifesto para o sistema multipartidário. Devia-se tomar uma decisão explícita sobre a data da eleição, o que implicava ainda ser necessário fazer preparativos relativamente à educação e registo do eleitorado. Era também necessário criar urgentemente uma nova constituição.

2. Em termos da economia, o embaixador descreveu-se a si próprio como sendo um herético, na medida em que a reforma já estava a ter lugar, e exortou a assistência a visitar o website do Ministério das Finanças – já que ‘a transparência tem agora um novo endereço. Elogiando o papel consultivo da empresa Britânica ‘Crown Agents’, o embaixador afirmou que a sua modernização dos procedimentos das autoridades alfandegárias, em termos das importações e exportações, tinha ajudado a fomentar a eficiência e transparência. Apesar disso, o nível de corrupção, segundo o Procurador-Geral de Angola, era inaceitável. Dado que vinte anos antes não houvera corrupção, devia ser possível enfrentar o problema. O projecto da lei de investimentos, formulado pelo governo, deveria ajudar a melhorar o clima de investimentos. Em vez de considerar a transparência uma ameaça, o governo angolano deveria receber de braços abertos qualquer assistência que recebesse para a criação de estabilidade e do ambiente equilibrado exigido pela comunidade internacional de negócios.

3. De forma um tanto surpreendente, o embaixador apelou para o abrandamento ou a interrupção do processo de reassentamento, o qual, segundo ele, se

estava a dar numa altura inadequada, o que resultaria na criação de uma lacuna entre a sementeira e a colheita. O importante era estabelecer as infra-estruturas locais. A conferência de doadores planeada para 2003 não deveria ser realizada caso parecesse necessário focalizar a atenção na resolução de uma crise humanitária a curto prazo, em vez de se estudar a assistência de desenvolvimento a longo prazo.

4. Em termos da infra-estrutura, o governo deveria concentrar esforços na construção de estradas e clínicas, empregando para tal os recursos libertados pela cessação da guerra e permitindo um maior nível de participação do sector privado no abastecimento de energia eléctrica. Todos os sectores rurais precisavam de ser revitalizados.

5. O governo necessitava de gastar o dividendo da paz e de dedicar urgentemente mais recursos a sectores sociais.

6. As forças armadas precisavam de redefinir a sua função numa sociedade democrática, o que poderia incluir o pagamento de mais investimentos sociais e nas infra-estruturas.

7. No âmbito da democracia já se observavam grandes mudanças (embora quase todas em Luanda), incluindo um maior nível de discussões abertas e de liberdade de reunião. O governo britânico estava a fornecer algum apoio aos media independentes. Era necessário aproveitar as oportunidades que se deparavam para movimentos livres.

8. De forma semelhante, o governo britânico fornecera projectos de apoio moral e financeiro à sociedade civil.

9. A descentralização era uma etapa vital a caminho da democracia.

10. Angola deveria utilizar com sensatez o seu período de tempo no Conselho de Segurança, especialmente o mês de presidência, Janeiro de 2003.

Era uma ordem de trabalhos enorme, com o governo como autor principal, mas era essencial receber ajuda da comunidade internacional. Ao contrário de Dame Margaret Anstee, John Thompson considerava os Documentos da Estratégia de Redução da Pobreza como sendo

um dos principais constituintes da paz, demonstrando a dedicação do governo à paz e à reconstrução.

**O Professor David Birmingham** elogiou os seus antecessores na plataforma, o Embaixador Tony Fernandes pela sua visão e pelas boas palavras com que tinha caracterizado o BAF, Dame Margaret Anstee por ter fornecido um contexto internacional e o Embaixador John Thompson por ter refutado o comentário que o professor tinha feito há alguns anos, segundo o qual a embaixada britânica em Luanda era uma 'ilha impermeável de ignorância'. Citando o comentário do representante norueguês, segundo o qual os angolanos discordavam violentamente uns com os outros, mas continuavam a sorrir, o Professor Birmingham acrescentou que a questão da terra tinha aumentado de forma significativa a temperatura do debate, mas que era bom que os políticos fossem pessoas ardentes.

A transparência tinha sido o tema da conferência. Tal como os sul-africanos, dez anos antes, os angolanos não podiam iniciar a sua carreira de paz com uma folha em branco, mas ao menos deveriam poder estar a par dos últimos acontecimentos. Os angolanos precisavam de informações concretas sobre a sua situação financeira. Os estrangeiros também precisavam disso, para poderem fornecer fundos aos projectos. Mesmo com estes dados, os debates feitos sobre as políticas seriam difíceis. Angola não tinha partidos políticos experientes; em vez disso tinha dois movimentos de libertação e 150 micro-partidos, dentro dos quais a política se baseava nas personalidades. Nos trabalhos de construção da paz, a política local teria mais importância do que a nacional. A elite angolana tinha tido muito trabalho a aprender a ouvir o povo, a entender a questão agrária, a respeitar as mulheres e a tomar conta das vítimas da guerra. A elite tinha também tido muitas dificuldades em controlar as empresas petrolíferas e em repartir igualmente os seus recursos monetários.

Tinha chegado a altura de abandonar o velho mito colonial, constantemente citado nos media, segundo o qual Angola era um país rico. Na verdade Angola era um país paupérrimo, ocupando o 147.º lugar no índice mundial de desenvolvimento humano. Tinham sido necessários esforços coloniais e ditatoriais enormes para se extraírem as antigas riquezas e para se construírem as infra-estruturas e se

cultivarem as culturas de rendimento. De todos esses esforços, pouco restava. Agora era preciso pensar bem no futuro, em vez de restabelecer muito simplesmente os padrões coloniais. O Professor Birmingham mencionou a replicação da exploração de capital belga, e a opressão colonial portuguesa, na selecção de dois modelos potenciais de desenvolvimento agrícola. Nas províncias de Huambo e Kwanza Sul, os agricultores coloniais brancos tinham sempre preferido tornar-se condutores de táxi nas cidades de Huambo e Luanda. Os soldados pós-coloniais desmobilizados poderiam optar pela mesma profissão. A paz, afirmou o Professor, em extremo contraste com uma frase muito repetida durante a conferência, era reversível. Em adição aos requisitos que os outros participantes tinham frisado, o Professor mencionou a emigração de cérebros, através da qual Angola tinha perdido talento e experiência. Havia uma necessidade urgente de formar (ou de repatriar) uma classe média profissional que administrasse o sector de educação, organizasse os serviços de saúde e construísse habitações acessíveis. O grande desafio, para Angola, seria transformar 'petróleo em sementes'

---

## Conclusão

---

Conforme afirmara Dame Margaret Anstee, 'O problema é que é preciso fazer tudo ao mesmo tempo'.

Decerto que a discussão das questões tinha sido mais foga do que a da conferência do ano anterior – devido, talvez, à existência de oportunidades para se formularem políticas, se sugerirem ideias sobre a implementação e se confrontarem todos os problemas do pós-guerra enfrentados por Angola. Tal como já tinha sido sugerido, estas tarefas eram gigantescas e, embora as autoridades angolanas fossem primariamente responsáveis, não havia dúvida de que a comunidade internacional tinha um papel a desempenhar. O que se estava a tentar definir era a natureza exacta deste relacionamento. O que se fez na conferência foi demonstrar até que ponto Angola tinha avançado, e a distância que ainda havia que percorrer.

Concluiu-se a conferência com mais perguntas do que respostas:

- Quanto rapidamente se poderia partilhar o dividendo da paz, e com quem?

- Como seria que Angola devia resolver o problema do 'risco moral' da riqueza petrolífera?
- Como estabelecer a cooperação interna entre parceiros mutuamente desconfiados?
- Como poderia o governo colaborar com a comunidade internacional, depois de ter conseguido distanciar-se, simultaneamente, o FMI e as instituições humanitárias?
- As pessoas, partidos políticos e instituições da sociedade civil poderiam descobrir as perícias necessárias para monitorizarem as promessas e desempenhos do governo?
- Como seria possível realizar todas as tarefas ao mesmo tempo, com tão poucos conhecimentos periciais e com um nível de dedicação ainda não descoberto?
- Onde estavam as vozes das mulheres em questões tais como o reassentamento, a reconstrução, as discussões políticas e a participação comunitária?
- Como poderia a agricultura ser reanimada, em contraste com a tendência do êxodo para as zonas urbanas, o qual era provavelmente irreversível?
- Como se poderiam aproveitar as energias formidáveis do sector informal e ligá-las às riquezas irregularmente distribuídas no sector económico formal?
- Seriam os partidos políticos angolanos capazes de efectuar o truque difícil (que nem sempre tem sido possível efectuar na região) de transformar movimentos de libertação em partidos políticos genuínos?
- Poderia o país descobrir um tipo de democracia genuinamente angolano (conforme exortou o Embaixador António Fernandes), colocando a terra e o ser humano no centro do desenvolvimento?
- Verificar-se-ia uma reconciliação nacional genuína, ou antes uma mistura oficialmente patrocinada de amnistia e amnésia?
- E por fim, em reacção a uma palavra que parece ter sido mencionada durante toda a conferência, embora nunca tivesse sido desconstruída ou definida, quais seriam as implicações da palavra *soberania*, tanto para Angola como para os restantes estados do Terceiro Mundo? Este aspecto do debate debruçou-se sobre quem controlava as empresas petrolíferas, e a questão de se as pessoas controlavam realmente o governo foi examinada. As novas definições de soberania salientavam a importância das pessoas e da segurança humana, em oposição aos estados e fronteiras. Talvez fosse melhor ser um oceano de transparência do que uma rocha de soberania.

---

## **PROGRAMA DA CONFERÊNCIA**

---

### **EM DIRECÇÃO A UMA PAZ SUSTENTÁVEL: UM DESAFIO PARA ANGOLA E PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL**

Relatório da Conferência do British-Angola Forum  
12-13 NOVEMBER 2002

#### **DISCURSOS DE ABERTURA**

- Presidente: Victor Bulmer-Thomas, Director, Royal Institute of International Affairs  
Orador 1: Valerie Amos, Parliamentary Under-Secretary, FCO  
Orador 2: Mussagy Jeichande, ex-Representante e Chefe do Escritório das Nações Unidas em Angola  
Orador 3: Fernando Vandú-nem, ex- Primeiro Ministro de Angola e Presidente da Assembleia Nacional de Angola

#### **A CONSTRUÇÃO DA PAZ**

- Presidente: David Simon, University of London  
Orador 1: Pedro José Van-dúnem, Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Guerra  
Orador 2: Christopher Alden, London School of Economics  
Orador 3: Margaret Anstee, ex-Representante Especial Do Secretario-Geral da ONU para Angola / Membro do Quadro Consultivo do BAF

#### **A DEMOCRATIZAÇÃO**

- Presidente: Hilton Dawson, MP, House of Commons, UK  
Orador 1: Isaias Samakuva, Comissão Política da UNITA  
Orador 2: Bornito de Sousa, Líder da Maioria Parlamentar do MPLA  
Orador 3: Vicente Pinto de Andrade, Universidade Católica e Agostinho Neto

#### **AS ELEIÇÕES**

- Presidente: Kate Hoey MP, House of Commons  
Orador 1: David Kramer, International Republican Institute, Angola  
Orador 2: Marco Carmignani, Senior Political Affairs Officer ONV  
Orador 3: Onofre dos Santos, ex- Director Geral das Eleições de Angola

#### **A ECONOMIA**

- Presidente: John Flynn, ChevronTexaco, Membro do Quadro Consultivo do BAF  
Orador 1: Douglas Mason, Africa Editor, Economist Intelligence Unit, UK  
Orador 2: Arvind Ganesan, Director, Business and Human Rights, Human Rights Watch  
Orador 3: Teresa Cohen, Deputada, Assembleia Nacional de Angola

### **A QUESTÃ DA TERRA**

Presidente: Dr Paul Jenkins, Centre for Human Settlements, Edinburgh University  
Orador 1: Jacinto Wacussanga, Presidente, Associação Eclesiástica  
Orador 2: David Mendes, Presidente, Associação dos Direitos Humanos e do Cidadão

### **A SITUAÇÃO DOS DESLOCADOS**

Presidente: Shula Marks, School of Oriental and African Studies  
Orador 1: João Baptista Kusumua, Ministro da Assistência Social  
Orador 2: Arthur C. Helton, Director, Peace & Conflict Studies, Council on Foreign Relations

### **O CAMINHO EM FRENTE**

Presidente: Victor Bulmer-Thomas, Director, Royal Institute of International Affairs  
Orador 1: Margaret Anstee, ex-Representante Especial Do Secretario-Geral da ONU para Angola / Membro do Quadro Consultivo do BAF  
Orador 2: Antonio Fernandes, Embaixador de Angola no Reino Unido / Membro do Quadro Consultivo do BAF  
Orador 3: John Thompson, Embaixador do Reino Unido em Angola / Membro do Quadro Consultivo do BAF  
Orador 4: David Birmingham, Membro do Quadro Consultivo do BAF

---

## Dados Biográficos dos Oradores

---

### **Christopher Alden**

Christopher Alden exerce actualmente as funções de leitor-coordenador das investigações do Departamento de Relações Internacionais da London School of Economics and Political Science (Escola de Economia e Ciências Políticas de Londres), e de assistente de investigação do International Institute for Strategic Studies. Os seus interesses no campo da investigação incluem a política de segurança externa e nacional da África do Sul, as relações internacionais da África Austral, a tomada de decisões de política externa nos estados em transição e as instituições internacionais austrais.

### **Valerie Amos**

A Baronesa Amos foi nomeada Whip do Governo (funcionária encarregada de obrigar os parlamentares a comparecerem às sessões) da Câmara dos Lordes, em Julho de 1998. Para além da sua função de porta-voz no sector de desenvolvimento internacional, Valerie Amos profere discursos sobre questões sociais e de segurança, e sobre questões das mulheres. Depois de ter trabalhado no departamento de Igualdade de Oportunidades, Formação e Serviços de Gestão do governo local dos bairros de Lambeth, Camden e Hackney, a Baronesa assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Comissão de Igualdade de Oportunidades, posto este que ocupou entre 1989 e 1994. Em 1995 Valerie Amos co-fundou Amos Fraser Bernard, tendo trabalhado como conselheira do Governo Sul-africano nos sectores de reforma dos serviços públicos, direitos humanos e igualdade de empregos. Em Agosto de 1997 a Baronesa foi nomeada membro vitalício da Câmara dos Lordes.

### **Vicente José da Costa Pinto de Andrade**

Desde 1999, Vicente Pinto de Andrade tem sido Professor de economia da Universidade Católica de Angola (UCAN), sendo também Professor de Sociologia do Instituto de Ensino Superior da Universidade de Angola. Entre outras funções que também desempenha, contam-se análises políticas e económicas para a Rádio Ecclesia, Luanda Antena Comercial (LAC), para a Rádio Nacional de Angola (RNA), e para a Televisão Pública de Angola (TPA). Pinto de Andrade é membro do MPLA desde 1963 e pertence também à Associação Cívica Angolana (ACA), ao Amplo Movimento de Cidadãos (AMC) e à Associação de Escritores Angolanos.

### **Margaret Anstee**

Dame Margaret Anstee trabalhou para as Nações Unidas durante mais de quarenta anos (de 1952 a 1993), principalmente para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. De 1992 a 1993, Dame Margaret foi Representante Especial do Secretário Geral em Angola e Chefe da Missão de Manutenção da Paz das Nações Unidas no país (a UNAVEM II ou Missão de Verificação da ONU em Angola). Dame Margaret é membro honorário da Faculdade de Newnham, em Cambridge, bem como da Universidade de Londres, e pertence também ao grupo consultivo do British-Angola Forum.

### **David Birmingham**

David Birmingham reformou-se em 2002 do cargo de Professor de História da Universidade de Canterbury, em Kent. Os seus interesses específicos incluem a História de Angola e da África Central de 1400 a 1990, e o Professor já publicou uma série de trabalhos sobre uma grande variedade de tópicos africanos. Anteriormente, David Birmingham trabalhou como leitor na Escola de Estudos Orientais e Africanos (entre 1965 e 1966), e na Universidade do Gana (entre 1966 e 1979), tendo um Bacharelado conferido pela Universidade do Gana e tendo obtido o seu doutorado em 1964, sobre o tópico do Comércio e Conflito em Angola. David Birmingham pertence também ao grupo consultivo do British-Angola Forum.

### **Victor Bulmer Thomas**

Desde Abril de 2001, o Professor Bulmer-Thomas é Director do Royal Institute of International Affairs, sendo também Professor Emérito de Economia da Universidade de Londres e Membro do Grupo Investigativo do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade, tendo sido

Director do mesmo de 1992 a 1998. O Professor Bulmer-Thomas já exerceu a função de consultor da Comissão Europeia, da Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA e do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano. O Professor Bulmer-Thomas trabalhou ainda como consultor de várias empresas multinacionais.

### **Marco Carmignani**

Marco Carmignani é Chefe de Secção de Assuntos Políticos/Eleitorais da Divisão de Assistência Eleitoral das Nações Unidas. A Divisão é o órgão executivo das Nações Unidas para a cooperação eleitoral com os Países Membros. Há mais de 11 anos, Marco Carmignani tem trabalhado com questões internacionais, tendo servido em cargos múltiplos nas Nações Unidas, onde ocupou postos técnicos e administrativos. Actualmente é o Funcionário Responsável por uma série de países em África, incluindo Angola, bem como pela Ásia e Américas. O seu trabalho baseia-se principalmente na análise e reforma da legislação eleitoral, na observação de eleições e na automatização dos processos de votação. Antes de ingressar nas Nações Unidas, Marco Carmignani acumulou 10 anos de experiência profissional nas indústrias financeiras e petrolíferas particulares, tendo também servido como oficial na Força Aérea Brasileira.

### **Teresa Cohen**

Teresa Cohen dos Santos (aliás, Teresa Cohen) foi Vice-ministra da Saúde de Angola de 1996 a 1998. Em 1992, assumiu a posição de representante do MPLA na Assembleia Nacional, tendo pertencido à Comissão de Relações Externas e Cooperação Internacional, e à Comunidade Angolana no Estrangeiro. Teresa Cohen tem obtido apoio parlamentar multipartidário pelas suas intervenções nos sectores de saúde pública e serviços sociais.

Teresa Cohen é membro fundador da Sociedade Africana das Mulheres e Sida, bem como da Associação Angolana da Luta contra a Sida, e já escreveu vários artigos sobre questões de saúde pública. Desde 1982, Teresa Cohen é leitora da Universidade Agostinho Neto, tendo-se formado em Medicina na Universidade de Lisboa e tendo obtido, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade de Londres, um Mestrado em Saúde Comunitária .

### **Hilton Dawson**

Desde 1997, Hilton Dawson tem exercido o cargo de Membro do Parlamento, representando a constituição do distrito de Lancaster e Wyre no Partido Trabalhista. Como membro honorário da UNICEF, Hilton Dawson foi de visita a Angola (em Setembro de 2001), ao Burundi e à Roménia, e tem trabalhado em questões de interesse para as crianças nesses países. Hilton Dawson preside ao Associate Parliamentary Group for Children and Young People in Care (Grupo Parlamentar Associado para as Crianças e Jovens Adultos Receptores de Assistência Social) e é também presidente do Grupo Multipartidário sobre Angola e do Grupo Multipartidário sobre o Sudão, que ele próprio estabeleceu.

### **António da Costa Fernandes**

António C. Fernandes é Embaixador do Governo Angolano no Reino Unido desde 1994. O Embaixador foi, durante muitos anos, o representante da UNITA no Egipto, na Zâmbia e no RU. Como Secretário das Questões Externas de 1987 a 1991, o Embaixador conseguiu convencer Portugal a aceitar a mediação entre o MPLA e a UNITA, que culminou nos Acordos de Bicesse de Angola, em Maio de 1991. Sua Excelência o Embaixador António Fernandes saiu da UNITA em 1992 devido ao número cada vez maior de violações dos direitos humanos que se observaram no partido, assumindo o cargo de assistente do Ministro de Negócios Estrangeiros de Angola. Actualmente, o Embaixador pertence ao grupo consultivo do British-Angola Forum.

### **John Flynn**

De 1990 a 1993, John Flynn exerceu a função de embaixador do Reino Unido em Angola, e de embaixador não-residente em São Tomé e Príncipe. John Flynn começou por trabalhar em Angola como Encarregado de Negócios, em 1978, altura em que estabeleceu a Embaixada Britânica em Luanda. Antes de se reformar do serviço diplomático, John Flynn serviu como embaixador na Venezuela, tendo também exercido o cargo de Alto Comissário na Suazilândia. John Flynn continua activo em questões africanas, tendo sido nomeado Representante Especial Britânico à Serra Leoa, em 1998, e tendo trabalhado como consultor sobre Angola para uma série de

empresas, incluindo a ChevronTexaco e a De La Rue. John Flynn pertence ao grupo consultivo do British-Angola Forum e prepara-se para chefiar uma missão a Angola em princípios de 2003.

#### **Arvind Ganesan**

Arvind Ganesan tem trabalhado para a organização Human Rights Watch desde 1995. Baseado em Washington DC, Arvind Ganesan é director do sector de Comércio e Direitos Humanos, e está envolvido em investigação, advocacia e desenvolvimento de políticas para a organização em questões relacionadas com as actividades comerciais e os direitos humanos, com um interesse especial na indústria da energia. No ano passado, Arvind Ganesan focou o desenvolvimento da energia em Angola, tendo publicado breves relatórios sobre o acordo entre o Fundo Monetário Internacional e o governo de Angola sobre a utilização das receitas petrolíferas por parte deste último.

#### **Arthur C. Helton**

Arthur Helton é director do capítulo de Estudos sobre a Paz e os Conflitos, e Chefe dos Membros dos Estudos sobre Refugiados e Acção Preventiva do Council on Foreign Relations, em Nova Iorque. Em 1994, Arthur Helton fundou e depois chefiou os Projectos de Migração Forçada do Open Society Institute (Instituto da Sociedade Aberta) (Fundações Soros), tendo dirigido, de 1982 a 1994, o Projecto de Refugiados do Lawyers' Committee for Human Rights, um comité de direitos humanos com sede em Nova Iorque.

Em 2002, Arthur Helton recebeu o prémio de Distinção em Direito e Questões Internacionais da New York State Bar Association (Associação do Tribunal do Estado de Nova Iorque) e, em 2001, recebeu o Prémio da Política de Refugiados e Imigração do Centro de Estudos sobre a Migração. Actualmente trabalha como Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Columbia.

#### **Kate Hoey**

Desde 1989, Kate Hoey é Membro do Parlamento do Partido Trabalhista de Vauxhall, no Sul de Londres, já tendo também trabalhado como Secretária Particular Parlamentar do Ministro da Reforma da Protecção Social, depois da vitória do Partido Trabalhista nas eleições de 1997; em 1999, assumiu o posto de Ministra do Desporto, uma posição que manteve até as eleições gerais de 2001. Kate Hoey tem um grande interesse em negócios estrangeiros, tendo visitado Sarajevo enquanto a cidade estava sitiada e tendo monitorizado as primeiras eleições democráticas em Angola, em 1992.

#### **Mussagy Jeichande**

O Embaixador Mussagy Jeichande foi nomeado Representante e Chefe do Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA) em Julho de 2000, tendo também sido o primeiro embaixador de Moçambique na África do Sul. Advogado devidamente qualificado, o Embaixador chefiou a delegação moçambicana à conferência para o estabelecimento do Tribunal Criminal Internacional, e também já exerceu o cargo de professor de direito público internacional no Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia do Maputo.

#### **Paul Jenkins**

Paul Jenkins é director do Centre for Human Settlements (Centro para Assentamentos Humanos), uma unidade de ensino e investigação especializada em questões de assentamentos humanos orientados para o mundo em desenvolvimento e em rápida urbanização. As investigações sustidas de Paul Jenkins incluem a investigação e monitorização de políticas e práticas de desenvolvimento urbano e abrigo na região da África Austral, focando em especial Moçambique e a África do Sul. As suas investigações mais generalizadas focam a base histórica e teórica das tendências globais actuais do sector de desenvolvimento urbano e habitações no mundo em desenvolvimento, de um ponto de vista político, económico e institucional, com ênfase na função da sociedade civil.

#### **David Kramer**

David J. Kramer é um advogado estabelecido em Omaha, Nebraska, nos EUA. Em 1997 e 1998, David Kramer exerceu a função de Director de Programa Residente do Instituto Republicano

Internacional (International Republican Institute, ou IRI) em Luanda. Durante esse período, concebeu e implementou programas educacionais para fortalecer o Parlamento Nacional Angolano e os seus partidos políticos. Em fins de 2001, David Kramer participou numa missão de avaliação pré-eleitoral independente em Angola a fim de determinar as perspectivas da realização de eleições gerais. A missão de avaliação efectuou muitas consultas com funcionários do governo, líderes políticos, chefes de organizações da sociedade civil, representantes do estado e dos media independentes, e líderes religiosos. O resultante relatório forneceu dados de linha de base, a partir dos quais se tornou possível avaliar a preparação de Angola para as eleições.

#### **João Baptista Kussumua**

João Kussumua foi nomeado Ministro da Integração Social em Abril de 2002, tendo, antes desta promoção, ocupado o cargo de vice-ministro da administração, de 1995 a 1997, e de 1994 a 1996, João Kussumua exerceu a função de vice-ministro a cargo da coordenação económica, no Ministério do Planeamento e, de 1988 a 1991, trabalhou como vice-governador da província de Huíla. João Kussumua formou-se em geografia na Universidade Agostinho Neto.

#### **Shula Marks**

Shula Marks já foi Directora do Institute of Commonwealth Studies, em Londres, e exerce agora a função de Professora de História da África Austral na Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS) de Londres. Shula Marks é membro da Academia Britânica e recebeu graus honoris causa das Universidades da Cidade do Cabo e do Natal. Shula Marks tem leccionado e escrito muito sobre o tema da História Sul-africana, tendo já supervisionado quase cinquenta candidatos doutorais. Os seus interesses actuais concentram-se na História do nacionalismo, da medicina e do género na África do Sul dos fins do século XIX e do século XX.

#### **Douglas Mason**

Douglas Mason é um consultor de desenvolvimento canadiano, autor de várias obras sobre África, actualmente baseado em Londres. Douglas Mason já trabalhou para as Nações Unidas e para várias organizações, governamentais e não governamentais, em Moçambique, na África do Sul, no Sudão e noutros lugares. De 1997 a 1999 exerceu o cargo de economista do Alto Comissariado Canadense em Moçambique, e actualmente trabalha como editor / economista do sector de África da Economist Intelligence Unit, em Londres, sendo responsável por toda a África lusófona, incluindo Angola, bem como a República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi e a República do Congo (Brazzaville).

#### **Manuel David Mendes**

De 1992 a 1997, David Mendes exerceu a função de Secretário de Estado do Ambiente de Angola, tendo sido membro da Comissão Eleitoral Angolana, em 1992. David Mendes é ainda membro da Associação de Escritores Angolanos, e é presidente da Associação de Advogados e Jornalistas Angolanos para os Direitos Humanos e Civis (a que também se dá o nome de Mãos Livres). Recentemente, publicou um folheto sobre o processo de consultoria para a futura lei agrária.

David Mendes formou-se em Direito na Universidade Agostinho Neto e, em 2000, recebeu da Embaixada dos Estados Unidos em Angola o Prémio Martin Luther King.

#### **Isaías Samakuva**

Contabilista de profissão, Isaías Samakuva ingressou no exército da UNITA em 1974, e foi sendo promovido até alcançar o posto de brigadeiro. Em 1979, foi nomeado para o Comité Central e, em 1986, foi promovido para o posto de Permanente Secretário da UNITA, e para Director do Escritório do Presidente. De 1989 a 1995, serviu como representante da UNITA no Reino Unido. Isaías Samakuva fez parte da equipa de negociação da UNITA durante as negociações de paz efectuadas na Zâmbia, de 1993 a 1994 e, em Dezembro de 1994, assumiu o cargo de Chefe da Representação da UNITA na Comissão Conjunta, baseada em Luanda. Com o retorno à guerra, em fins de 1998, Samakuva mudou-se de Angola para França, baseando-se em Paris, onde se tornou um dos contactos principais da UNITA com o mundo exterior. Em Outubro de 2002, regressou a Angola, onde é actualmente um dos oficiais superiores da Comissão Política da UNITA, que foi recentemente reestruturada.

### **Onofre dos Santos**

Advogado de profissão, Onofre dos Santos foi o Director Geral das Eleições de Angola em 1992-93. Onofre dos Santos tem experiência na fiscalização de eleições nacionais, já que exerceu, em vários países, cargos especializados, para os quais foi nomeado pela ONU, a saber: Coordenador dos Observadores Internacionais nas eleições da Guiné-Bissau em 1994; Chefe dos Consultores Técnicos na Serra Leoa, em 1994-1996; Consultor Eleitoral em Bangladesh, em 1996; Chefe dos Funcionários Eleitorais da UNTAES na Croácia, em 1997; Consultor do Fundo Europeu de Desenvolvimento em Moçambique, em 1999; Consultor Eleitoral na Costa do Marfim em 2000. A sua obra mais recentemente publicada é intitulada *My Independence Days* (Os meus dias de independência) (Julho de 2002). Onofre dos Santos vive em Portugal.

### **David Simon**

O Professor David Simon é director do Centre for Developing Areas Research Group (CEDAR, o grupo de investigação do centro de regiões em desenvolvimento) da Universidade de Londres e secretário do Standing Committee on University Studies of Africa (SCUSA, Comité Permanente dos Estudos Africanos da Universidade). David Simon também é membro das comissões editoriais das publicações *Third World Planning Review*, *Third World Quarterly* e o *Journal of Southern African Studies*.

### **Bornito de Sousa**

Bornito de Sousa é um advogado de profissão e, há muitos, membro do MPLA. Há cerca de quatro anos, Bornito de Sousa foi nomeado Líder da Maioria Parlamentar do MPLA e, de momento, pertence a várias Comissões Parlamentares, sendo também Vice-presidente da Comissão Constitucional. Bornito de Sousa é co-autor de uma obra sobre a história constitucional de Angola, e é professor de ciências políticas e direito constitucional, tendo-se formado em direito na Universidade Agostinho Neto.

### **John Thompson**

Em Fevereiro de 2002, John Thompson foi nomeado embaixador de Sua Majestade na República de Angola. Tendo entrado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1964, John Thompson trabalhou anteriormente como Chefe do Grupo de Gestão das Informações do Ministério (na Grã-Bretanha), tendo também preenchido cargos diplomáticos em Nova Iorque, Vanuatu (onde foi Alto Comissário), São Paulo e Hong Kong. De 1979 a 1981, foi colocado em Luanda, onde exerceu os cargos de Chefe da Embaixada, Cônsul e Primeiro Secretário. John Thompson pertence ao grupo consultivo do British-Angola Forum.

### **Fernando França Vandú-nem**

Fernando França Vandú-Nem exerceu o cargo de Embaixador Angolano na Bélgica, Países Baixos e Comunidade Económica Europeia, de 1979 a 1982, e de Embaixador em Portugal e na Espanha, de 1982 a 1985. Foi ainda Vice-ministro angolano das Relações Externas, de 1985 a 1986, Ministro da Justiça, de 1986 a 1990 e Ministro do Planeamento, de 1990 a 1991. França Vandú-Nem foi Primeiro Ministro de Angola, de 1991 a 1992, e Presidente da Assembleia Nacional de Angola, de 1992 a 1996, bem como Primeiro Ministro de Angola, pela segunda vez, de 1996 a 1999. Desde 1992, França Vandú-Nem é membro da Assembleia Nacional.

De 1964 a 1965, França Vandú-Nem exerceu o cargo de leitor universitário na Universidade de Utrecht, nos Países Baixos, exercendo função semelhante na Universidade do Burundi, de 1970 a 1972, e trabalhando como conselheiro jurídico, de 1970 a 1972, na Organização da Unidade Africana (OUA). França Van-Dúnem é formado em Direito, tendo também obtido um Mestrado em Direito Público e um Doutoramento.

### **Pedro José Van-Dúnem**

Pedro José Van-Dúnem foi nomeado Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Guerra, em meados de 1997. Antes disso, exerceu, de 1993 a 1997, o cargo de Secretário do Estado dos Antigos Combatentes. Além disso, José Van-Dúnem pertence também ao Comité Central do MPLA, e é membro do Conselho da República, e tem o posto militar de brigadeiro de reserva.

**Jacinto Pio Wacussanga**

O Padre Jacinto Pio Wacussanga nasceu e foi educado em Angola, onde tem estado a trabalhar na Missão Católica de São Miguel-Quihita, prestando assistência a programas de desenvolvimento comunal e de mediação sobre disputas agrárias. O Padre Wacussanga tem um curso superior em Filosofia e Teologia e exerce o cargo de Assistente no Eclesiástico da Associação Leonardo Sikufinde-Shalom Angola.

---

## Lista dos Participantes

---

### PARTICIPANTES

Helene Aastad  
Gunnar Aegisson  
Estêvão Alberto  
Christopher Alden  
Chantal M. Alidor  
Lucy Amis  
Valerie Amos

João Barros André  
Margaret Anstee  
M Arumugam  
Kate Ashton  
Joaquim Bacelar  
Aurora Barrada E  
Maria Barrada E  
Katy Barwise  
Carlos Belli-Bello

Graham Bennet  
Rubens Bicho  
David Birmingham  
Sverre Bjerkomp  
Mamadou Marcel Blondin-Beye  
Andrew Bone  
Peter Brayshaw  
Stuart Brooks  
Paulo Bunga  
José M Campino  
Isadora Cardoso E  
Marco Carmignani  
José Cardoso  
António Carvalho  
JC Victor de Carvalho  
Kamia Carvalho  
Victor (Kalu) Carvalho  
Peter Carver  
Silas Cerqueira  
Matt Chalmers  
Laura Ciccolini  
Teresa Cohen  
Dan Collison  
Michael Comerford  
Atila Correia  
Graça Pitra Costa  
Helena Covilhã  
Dickon Crawford  
Damião F Cristiano Junior  
Peter Cross  
Filomena Cunha  
Desmond Curran  
António da Costa Fernandes  
Frank da Cruz  
Hilton Dawson  
Carlos de Almeida  
Vicente De Andrade

### ORGANIZAÇÕES

Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros  
One World Action  
Embaixada de Angola  
London School of Economics  
Membro do BAF  
International Business Leadership Forum  
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth, RU  
ChevronTexaco – Angola  
Membro do Grupo Consultivo do BAF  
Limje Industrial Limited  
One World Action  
Estudante  
studante  
studante  
Interna da SOAS/ RIIA  
Conselheiro Especial para as Questões Africana do Presidente Angolano  
One World Action  
Estudante  
Grupo Consultivo do BAF  
Norsk Hydro, Norway  
ChevronTexaco  
De Beers  
Comité de Moçambique e Angola  
Chevron Texaco  
Estudante  
Nações Unidas, DPA, Divisão de África  
studante  
Nações Unidas, DPA  
Membro do BAF  
Membro do BAF  
Economista, RU  
Estudante  
Estudante  
Grupo Hull Blyth  
Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto  
Ministério de Defesa do RU  
Project Navigator Ltd.  
Assembleia Nacional de Angola  
Save the Children  
Universidade de Leeds  
Membro do BAF  
Ministério de Educação, Angola  
Embaixada de Angola, RU  
Tearfund  
Intérprete/tradutor  
Saferworld, RU  
Embaixada de Angola, RU  
Departamento de Desenvolvimento Internacional, RU  
Embaixador de Angola, RU/Grupo Consultivo do BAF  
BP, Angola Business Unit, Angola  
Membro do Parlamento, RU  
Embaixada de Angola, RU  
Universidade Católica de Angola

Manuel de Araújo  
Heather Deegan  
Anapaz de Jesus Neto  
Maria Alice Neto de Medeiros  
Bornito de Sousa  
Elma Doeleman

Onofre dos Santos  
Kathryn Dunlop

Angelique Eusinu  
Leigh Evans  
James Fennel  
Celestino Fernandes  
Paola Ferrara  
Rachel Fitzgerald  
John Flynn  
Peter Francis  
Alastair Fraser  
Cristóvão Fortunato  
Arvind Ganesan  
Ronildo Ganga  
Amélia Gaspar  
François Gaulme  
J Geral

Irene Gerlach  
Odd Godal  
John Gomersall  
Carina Gonçalves  
Susan Greenberg  
Dave Greenhalgh  
Walburg Greiner  
Keith Gubbin  
Tina Hamilton  
Arthur C. Helton  
Kate Hoey  
Marga Holness  
Liz Horn  
John Hughes  
Ruth Jacobson  
Sílvio Jaime  
Mussagy Jeichande  
Paul Jenkins  
Martin Johnston  
Koosum Kalyan  
Luuk H.Karsten  
Dave Kennedy  
Steve Kibble  
Muzong Kodi  
Charles Kott  
David Kramer  
Nathalie Kroner  
Emil M.Kumar  
Denan Kuni

João Kusamua  
Adele Langlois  
Andrea Lari  
Adrian Lee  
Sasha Lezhnev

Amnistia Internacional  
Universidade de Middlesex  
Sonangol Ltd, RU  
Embaixada de Angola, RU  
Assembleia Nacional de Angola  
Netherlands Institute for Southern Africa (Instituto  
Holandês da África Austral) (NIZA)  
Consultor Eleitoral, Portugal  
Canadian National Development Agency (Agência  
Nacional de Desenvolvimento Canadiana)  
Ministério dos Negócios Estrangeiros  
ExxonMobil  
Armorgroup Services Ltd. (Director, Acção de Minas)  
Estudante  
Médecins sans Frontières  
Informa Plc  
ChevronTexaco/ Grupo Consultivo do BAF  
ExxonMobil  
Action for Southern Africa  
Estudante  
Human Rights Watch  
Estudante  
Estudante  
Afrique Contemporaine  
Angolan Advice and Information Centre  
Membro do British-Angola Forum  
Statoil, Noruega  
DRS Data & Research, UK Services  
Estudante  
World Leaders Magazine  
Grupo Consultivo de Minas  
German Agro Action, Alemanha  
Membro do BAF  
FCO  
Council on Foreign Relations, EUA  
Membro do Parlamento do RU  
Embaixada de Angola, RU  
Africa Programme, RIIA  
Monitor de Paz em Angola  
Universidade de Bradford  
Bancos Standard Chartered  
Ex-Representante da ONU em Angola  
Centre for Human Settlements, RU  
Departamento de Desenvolvimento Internacional, RU  
Shell International  
Shell  
Cooper Cameron  
Instituto Católico de Relações Internacionais  
Transparency International  
Cooper Cameron  
Advogado, EUA  
Ministério dos Negócios Estrangeiros  
Limje Industrial Limited  
Depto. de Negócios Estrangeiros e Negócios Internacionais  
do Canadá  
Ministro da Reinserção Social, Angola  
Christian Aid  
Human Rights Watch  
Ministério de Negócios Estrangeiros e da Commonwealth  
International Crisis Group

Francis Listowel	Câmara dos Lordes
Liz Lloyd	Escritório do Primeiro Ministro, RU
João-Pedro Lunguela	Centro de Conselhos e Informações de Angola
João Macedo	Embaixada de Portugal
Alice Mann	Departamento de Desenvolvimento Internacional
Shula Marks	School of Advanced Study (SAS), SOAS
Roger Martin	Africa Matters Ltd.
Judithe Seabsa Martins	Ministério de Educação, Angola
Douglas Mason	Africa Editor, Economist Intelligence Unit, Uk
Dave McDonnell	Armorgroup Services Ltd. (Director Mine Action)
Jamie McGoldrick	ONU OCHA
Guus Meijer	Conciliation Resources Londres, RU
Manuel David Mendes	Associação dos Direitos Humanos e do Cidadão, Angola
Humphrey Miller	De La Rue
Yahya Mohamed	Estudante
Fernando Moniz	Embaixada de Angola, RU
Diane Moody Cruz	Vermelha Britânica
Peter Moszynski	New African
Sylvia Mpaayei	World Vision RU
Herlander Napoleão	Estudante
Lenine Narciso	Estudante
Decio Nascimento	Estudante
José Nascimento	Sonangol Ltd, RU
Paulo Nascimento	Estudante
Sisa Ncwana Alto	Comissariado da África do Sul
Christine Neset	Statoil ASA
Ron Norgard	Instituto Católico de Relações Internacionais
Stella Orakwue	Jornalista/ escritora
Manuel Paulo	British-Angola Forum, RIIA
Jaime Pinto	Membro do British-Angola Forum
N M Pinto	Embaixada de Angola, RU
Francesca Pispisa	Medecins sans Frontières
Andrew Pocock	FCO
João Gomes Porto	Instituto de Estudos de Segurança
Bram Posthumus	Jornalista freelance
Deborah Potts	King's College Londres, RU
Marcel Pruwer	International Economic Strategy
Bernard Pryor	America Mineral Fields
Fernando Rebelo	Rebelo Publishing Ltd
Colm Reidy	Holy Ghost Congregation, Missionário
Jule Beate Reimer	Deutschland Radio - Deutschlandfunk
José Ribeiro e Castro	Membro do Parlamento Europeu
Paul Robson	Consultor
Wladimira Rocha	Estudante
Edjane Rasolio	Estudante
Camilla Rossaak	NORAD
Francis Rubin	ULG
Inge Ruigrok	Membro do BAF
Lisa Rumelin	Standard Chartered
Andy Rutherford	One World Action
Felícia Samakuva	Estudante
Any Samakuva	Estudante
Isaías Samakuva	Comissão Política da UNITA, Angola
Renato Sangiuliano	EuronAid
Tanja Schumer	King's College Londres, RU
Maliana Marcelino Serrano	EuronAid
Ken Seymour	CNR International (UK) Ltd
Aditi Sharma	Action for Southern Africa
Michael J.Shone	Commercial Intelligence S.E.A Asia PTE Ltd.
Gustaf Silfverstolpe	Consultor da ONU

Angela Silva  
Álvaro Simões  
David Simon  
Darren Simpson  
Assia Sixou  
Rich Smith  
Maria Soares  
Ricardo Soares de Oliveira  
Kama Holte Strand  
Sahr Sumana  
Oliver Sykes  
Stuart Tester  
John Thompson  
Henry Thompson  
Lluís Vinals Torres  
Inge Tvedten  
Pedro Vandú-nem  
Fernando Van-Dúnem  
Oswaldo Varela  
Jacinto Wacussanga  
Jonathon Walters  
Tracey Warnes  
Jonathan Watkins  
Michael Weston  
Aud Mari Wiig  
Elizabeth Wild  
Patrick Wilmot  
Nicolas E Wincott  
Lillian Wong  
Ricardo Xavier

Membro do BAF  
Estudante  
Royal Holloway, Universidade de Londres  
Ministério de Defesa  
Embaixada da França, RU  
BP Angola Business Unit, RU  
BP Angola Business Unit, RU  
Centre of International Studies, Cambridge  
Norsk Hydro  
Membro do BAF  
Christian Aid  
BP, Angolan Business Unit, RU  
Embaixada Britânica, Luanda  
RHS Associates/Synergy  
Estudante  
Chr Michelsen Institute  
Ministro dos Antigos Combatentes, Angola  
Assembleia Nacional de Angola  
Embaixada de Angola, RU  
Associação Eclesiástica, Angola  
BP  
Comité Moçambique-Angola  
Estudante da SOAS  
ChevronTexaco  
Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega  
BP Angola Business Unit, RU  
TI (UK); Africa Centre; News Africa  
Comité Moçambique-Angola  
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Commonwealth  
Estudante

---

## **Patrocinadores da Conferência**

---

### **O British-Angola Forum - [www.britishangolaforum.org](http://www.britishangolaforum.org)**

O British-Angola Forum (BAF) foi fundado em 1998, com o objectivo de reunir organizações, empresas e indivíduos interessados em Angola, nos seus aspectos históricos e contemporâneos; a função principal do foro é activar as relações entre Angola e o Reino Unido.

Como organização independente, apolítica e sem fins lucrativos que é, o Foro tem como objectivo tornar-se um centro de excelência e proficiência sobre questões angolanas e pretende alcançar esse objectivo através do fornecimento de informações de qualidade, da participação em debates construtivos e da realização de investigações. Estabelecido sob os auspícios do Royal Institute of International Affairs (Chatham House), o foro proporciona aos indivíduos, organizações e empresas que nele participam uma oportunidade única de partilharem os seus conhecimentos e ideias relativamente ao espectro completo da sociedade angolana.

Até à data o British-Angola Forum já organizou uma série de palestras e seminários sobre temas de negócios, investimentos, política, direitos humanos e questões constitucionais e culturais, tendo orientado reuniões com alguns ilustres visitantes angolanos. A sua primeira conferência internacional, intitulada 'A Política Externa do Oeste em Relação a Angola no Novo Milénio', teve lugar em 2001, seguindo-se-lhe, em 2002, uma conferência intitulada 'Em Direcção a uma Paz Sustentável: um Desafio para Angola e para a Comunidade Internacional'.

Um grupo consultivo, formado por indivíduos com experiência em assuntos angolanos, orienta a direcção do Foro. O grupo tem como membros a Dame Margaret Anstee, o Bispo Donald Arden, o Professor David Birmingham, a Baronesa Linda Chalker, o Lord William Deedes, Sua Ex.a o Sr. John Thompson (Embaixador do Reino Unido em Angola), Caroline Elmes, Sua Ex.a o Sr. António da Costa Fernandes (Embaixador de Angola na Grã-Bretanha), John Flynn CMG, Sir Marrack Goulding e o Dr. Steve Kibble. O desenvolvimento do Foro é orientado por Alex Vines e por Manuel Paulo, chefe e assistente de investigação do Programa de África do Royal Institute of International Affairs, que conhecem Angola a fundo.

---

### **BP – [www.bp.com](http://www.bp.com)**

---

A BP tem estado envolvida em Angola desde a década de 70. Após a sua fusão com a Amoco, em fins da década de 90, e da aquisição de interesses consideráveis em águas profundas, os negócios assumidos pela BP em Angola tornaram-se um aspecto essencial da nossa pasta internacional de petróleo e gás, esperando-se que venham a desempenhar um papel importante na nossa futura produção mundial. A nossa actividade principal em Angola é a exploração para e o desenvolvimento da sua energia no mar alto. Por volta de 2010, esperamos ter investido um máximo de \$7 biliões nos nossos interesses angolanos, o que tornará a BP o maior investidor do Reino Unido em Angola. Temos consciência da necessidade de sermos bons cidadãos colectivos e de canalizarmos benefícios tangíveis para o país. O programa de investimentos sociais da BP tem por objectivo ajudar a desenvolver os conhecimentos e competências locais, apoiar os esforços da sociedade civil, prestar assistência aos trabalhos efectuados

pelas instituições angolanas no desenvolvimento da sua governança e gestão estratégica, e ajudar as empresas angolanas a desenvolverem as competências de que necessitam para fazerem propostas competitivas para contratos com a indústria petrolífera.

---

### **Canadian Natural Resources Ltd (CNR) – [www.cnrl.com](http://www.cnrl.com)**

---

A empresa Canadian Natural Resources Ltd (CNR) é a 6.<sup>a</sup> maior empresa independente de exploração a montante (E&P) do mundo. A empresa tem uma capitalização comercial de US\$ 7 biliões, bem como reservas de 1,5 bilhão de barris e uma produção diária que equivale a 480.000 barris de petróleo. A CNR adquiriu a Ranger Oil Ltd em meados de 2000. A Ranger encontrava-se dividida em duas secções: a de operações domésticas canadianas e a de operações internacionais. Os activos canadianos foram absorvidos na CNR, e os activos internacionais foram utilizados para criar uma divisão internacional, a CNR International. Esta nova divisão uniu a filosofia de gestão da CNR às competências internacionais da Ranger no mar alto.

A CNR/Ranger entrou em Angola em 1992 e operou o Bloco 4 durante dez anos. A empresa ajudou o sector de P&P da Sonangol a desenvolver o Campo do Kiabo, tendo subsequentemente descoberto e desenvolvido o Campo de Kiame. A empresa foi ainda empresa associada na exploração do Bloco 19. Em Agosto de 2002, a CNR assinou um novo contrato de repartição da produção do Bloco 16, tornando-se um operador com interesses no valor de 50% e tendo planos para iniciar as perfurações em 2003.

---

### **ChevronTexaco – [www.chevrontexaco.com](http://www.chevrontexaco.com)**

---

A ChevronTexaco tem grande orgulho na sua longa associação com Angola, tendo registado a primeira descoberta de petróleo no mar alto em território nacional, em 1968, descoberta essa que deu origem ao Campo do Malongo.

Hoje em dia, com uma produção diária de perto de 600 mil barris, a empresa é a maior produtora de petróleo de Angola. Avançando em direcção ao futuro, a ChevronTexaco, juntamente com as suas associadas, tem planos para fazer investimentos importantes, no valor de mais de um bilião de dólares, em novos locais, incluindo os projectos de desenvolvimento dos campos de Benguela-Belize e de Sanha Condensate, bem como no projecto Angola LNG. Nas águas profundas da costa angolana, a empresa fez oito descobertas importantes no Bloco 14 desde 1997, começando com a de Kuito - o primeiro campo angolano em águas profundas. Depois de Kuito veio Landana, e a seguir Benguela, Belize, Tomboco, Lobito, Tombua, e, em 2002, Gabela. A ChevronTexaco é a maior entidade patronal da indústria petrolífera de Angola, e proporciona 80 por cento dos empregos ocupados por cidadãos angolanos. A empresa participa também activamente na sociedade, tendo feito investimentos em educação, em saúde e no ambiente.

---

### **De La Rue – [www.delarue.com](http://www.delarue.com)**

---

A De La Rue é a maior empresa de impressão comercial de segurança, estando envolvida na produção das notas bancárias de mais de 150 países. A empresa também é líder mundial nas soluções de documentos seguros de identidade, sendo sócia de confiança de governos no mundo inteiro e trabalhando em estrita colaboração com os mesmos na

concepção, implementação e administração de soluções integradas para esquemas de emissão de documentos de identidade nacional, cartas de condução e passaportes.

Em Angola, a De La Rue tem sido a empresa fornecedora de projectos-chave em mão para todos os documentos de identidade seguros do país desde 1992, e desempenha a função-chave de associada de uma série de Ministérios. Temos projectos em curso para o bilhete de identidade de cidadão nacional, a carta de condução, vistos, passaportes de cidadão nacional, passaportes diplomáticos e de serviço, autorizações emitidas a residentes estrangeiros e o sistema de imigração do Aeroporto Internacional de Luanda. Todos os sistemas de emissão de documentos envolvem a personalização de documentos seguros, baseada num sistema de informática, por meio de sistemas instalados numa série de localizações ministeriais, mantidas pela equipa local de assistência técnica da De La Rue. Para obter mais informações, contacte Rob Haslam, Chefe de Vendas da EMEA, no RU, n.º tel. +44 (0) 1256 605246.

---

## **Shell – [www.shell.com](http://www.shell.com)**

---

A Shell mantém uma presença em mais de 140 países e territórios do mundo, e serve diariamente mais de 20 milhões de clientes a retalho. O Grupo participa nas actividades de Exploração e Produção, Exploração de Gás e Energia a Jusante, Produtos de Petróleo e Produtos Químicos. Entre outras actividades, a Shell mantém ainda a Shell Renewables (Produtos Renováveis), a Shell Trading, a Shell Hydrogen e a Shell Consumer.

Em Angola, a Shell Development Angola BV empreende actividades de exploração de petróleo e gás, mantendo também uma presença no sector de produtos de petróleo.

---

## **SONANGOL E.P. – [www.sonangol.co.ao](http://www.sonangol.co.ao)**

---

A SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA E.P. (SONANGOL E.P.) foi a empresa criada pelo Estado angolano para coordenar e controlar a sua indústria petrolífera e todas as actividades com ela relacionadas. Em particular, a SONANGOL é exclusivamente responsável, em todo o território nacional, como concessionária da exploração e produção petrolífera e como distribuidora de produtos de petróleo.

Desde o seu estabelecimento, em 1976, a SONANGOL desenvolveu duas grandes subsidiárias em Angola: a SONANGOL PESQUISA & PRODUÇÃO e a SONAIR SARL. Além disso, estabeleceram-se ainda várias Joint Ventures relacionadas com os serviços petrolíferos.

Em 1983, a SONANGOL estabeleceu sua presença directa no mercado internacional através da criação de uma subsidiária com escritórios em Londres e, mais tarde, de outra em Houston, principalmente para o empreendimento de actividades comerciais. No sector de distribuição, a SONANGOL tem uma presença em Portugal, no Cabo Verde, em São Tomé e na República Democrática do Congo.

---

## **Standard Chartered – [www.standardchartered.com](http://www.standardchartered.com)**

---

O Standard Chartered é o principal dos bancos dos mercados emergentes do mundo,

concentrando-se nos mercados da África, Ásia e Médio Oriente. O banco emprega 28.000 indivíduos com mais de 600 escritórios em mais de 50 países.

O Standard Chartered dedica-se à promoção de correntes de transacções nos mercados emergentes, através da disponibilização de Financiamentos Estruturados a prazo a negociantes globais de mercadorias. Em vista das muitas instituições financeiras que se têm retirado destes mercados, o Standard Chartered salienta-se por ser o único banco dedicado ao financiamento de correntes de transacções apoiadas por Agências de Crédito de Mercadorias e Exportações, ao mesmo tempo que se concentra totalmente nas transacções dirigidas aos mercados emergentes. Um número cada vez maior de clientes tem tirado vantagem da combinação única de competências de Financiamentos Estruturados do Standard Chartered, bem como da sua presença local em África e na Ásia, Índia e Médio Oriente, através da sua rede de sucursais.

Desde 1989, a Equipa de Financiamento de Transacções Estruturadas (Structured Trade Finance) do Standard Chartered tem organizado e participado numa série de negócios estruturados para Angola.